

Notícias >> Geral

04/10/2016 | 16:30 | Atualização: 17:55

## Servidores do Judiciário e MP realizam ato em defesa da cidadania

Entidades criticam projetos que têm tramitado no Congresso

Comentários | Jessica Hübler



O Poder Judiciário e o Ministério Público (MP) uniram forças para denunciar o que consideram retaliação do Congresso Nacional e do governo federal contra a independência da magistratura e dos promotores, o que acaba por desvalorizar suas carreiras. Magistrados, promotores e procuradores realizaram ato público na tarde desta terça-feira para denunciar a situação à sociedade.

No evento local, realizado no auditório da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), foi lida e distribuída uma carta em defesa da cidadania, do MP e do Poder Judiciário, assinada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público no Rio Grande do Sul (Frentas-RS). O ato ocorreu em diversos estados e antecipou uma mobilização nacional marcada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) para esta quarta-feira, em Brasília.

An error occurred.

Try watching this video on [www.youtube.com](http://www.youtube.com), or enable JavaScript if it is disabled in your browser.

“O poder de investigação do Ministério Público e o combate à corrupção feito pelo Judiciário estão ameaçados”, destacou o presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer. Os organizadores do ato citam o Projeto de Lei (PL) 280/2016 (do abuso de autoridade), que tenta “acabar com a liberdade de investigar e aplicar a lei”. Juízes e promotores apontam que, se o PL já tivesse sido aprovado, investigações importantes como as deflagradas pela Operação Lava-Jato dificilmente teriam ido adiante.

De acordo com o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região (Amatra IV), o juiz Rodrigo Trindade de Souza, é muito importante que o ato tenha sido realizado na véspera do aniversário da Constituição de 1988. “Precisamos denunciar estes ataques à crescente atuação do Poder Judiciário”, explicou Trindade.

Segundo ele, sem o Poder Judiciário independente se enfraquece a cidadania. “A proposta do ato é denunciar e mostrar para a sociedade a retaliação à atuação destas instituições. A nossa luta principal é pela independência e queremos o apoio da sociedade. Estamos unidos e atentos”, disse Schäfer.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Luiz Felipe Silveira Difini, o risco de retrocesso é grave. “É necessária a nossa luta”, ressaltou Difini.

Conforme o presidente da Associação dos Juízes Federais do Estado do Rio Grande do Sul (Ajufers), Gerson Godinho da Costa, não se relativiza a independência judicial. “A independência do Poder Judiciário é algo que se assegura em defesa da cidadania, é um direito fundamental da população”, expôs Godinho.

De modo geral, a categoria critica os cortes orçamentários e a falta da recomposição do subsídio. “Praticamente todas as categorias nacionais tiveram esta recomposição”, pontuou Trindade.

TAGS » Ministério Público, Geral, Congresso Nacional, Judiciário

## NOTÍCIAS

Economia  
Ensino  
Mundo  
Polícia  
Política  
Rural

## ESPORTES

Grêmio  
Inter  
Futebol  
Outros Esportes

## ARTE & AGENDA

Cinema  
Exposição  
Gente  
Literatura  
Moda  
Música  
Teatro  
TV

## IMPRESSO

Entrar  
Assine  
Central do Assinante  
Webmail  
Suporte Técnico

## BLOGS

Bicho Amigo  
Campereada  
Canal CPERS (Inf. Public.)  
Carros & Motos  
Cidades  
Cine CP  
Correio Feminino  
Diálogos  
Foto Correio  
Hiltor Mombach  
Juremir Machado da Silva  
Livros A+  
Mais Preza  
Oscar Bessi  
Pillane  
Plano de Carreira  
Thamara

## ANUNCIE

Classificados

## FALE CONOSCO

## TRABALHE CONOSCO

## ADMINISTRATIVO

## LOJA

## GRUPO RECORD RS

Correio do Povo  
Rádio Guaíba  
Tv Record RS  
R7.com

## CP MEMÓRIA >>

Data

Acervo desde 9 de junho de 1997

## CORREIO DO POVO

